

LAURINDO LEAL FILHO

Quarenta anos depois, a TV brasileira ainda guarda as marcas da ditadura

> LAURINDO LEAL FILHO e jornalista, professor da ECA-USP e autor de Atrás das Câmeras - Relações aas Lumerus — nomyoos entre Cultura, Estado e Televisão (Summus).

A televisão que temos hoje está fortemente marcada pela ditadura militar brasileira (1964-85). Durante aquele período a TV se consolidou como o principal meio de comunicação de massa do país, suplantando o rádio e deixando muito para trás os jornais e as revistas. Como de resto, na definição de estratégias políticas mais gerais, a comunicação eletrônica passou a ser pautada pelo novo modelo de desenvolvimento adotado a partir do golpe de Estado de 1º de abril de 1964. Rompeu-se com a idéia de uma política nacional-desenvolvimentista independente, assinalando, no dizer de Octavio Ianni, o início efetivo da transição para o modelo de desenvolvimento econômico associado. No clássico O Colapso do Populismo no Brasil o sociólogo mostra como esse modelo impõe "a combinação e o reagrupamento de empresas brasileiras e estrangeiras, com a formulação de uma nova concepção de interdependência econômica, política, cultural e militar, na América Latina e com os Estados Unidos" (1).

Octavio lanni, O Colapso do Populismo no Brasil, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p. 11.

O exemplo mais emblemático dessa mudança de rumos na radiodifusão foi dado pelo célebre acordo firmado entre a Rede Globo de Televisão e o grupo norte-americano Time-Life, quando cinco milhões de dólares foram transferidos para a empresa brasileira a título de cooperação técnica. O que ocorreu na verdade foi, ao arrepio da Constituição, a entrada ilegal de capital estrangeiro necessário para alavancar a Rede Globo, tornando-a hegemônica no mercado nacional. Os investidores estrangeiros se viam diante de duas opções: fortalecer o já combalido império Associado, montado juridicamente sob uma forma de condomínio, ou investir numa empresa jornalística consolidada e administrada dentro da racionalidade capitalista. A aposta na segunda opção tornou-se uma escolha natural.

Esse marco da definição de rumos da radiodifusão brasileira nada mais foi do que a consolidação de uma tendência que, sob o regime nacional-desenvolvimentista anterior ao golpe, se esboçava mas não encontrava o espaço político necessário para se firmar. A radiodifusão no Brasil surge nos anos 20 sob o ideal do serviço público, longe do Estado e da iniciativa privada. Clubes de ouvintes se formavam para manter o rádio, daí a existência até hoje de emissoras espalhadas pelo país com nomes de rádio clube ou rádio sociedade. No entanto, a visão de que estava surgindo no mundo uma tecnologia capaz de dinamizar o mercado capitalista acelerando o ritmo de sua produção e consumo e, ao mesmo tempo, tornando-se ela própria uma fonte geradora de riquezas, empurrou rapidamente o rádio para os braços do comércio. E isso se fez com o apoio direto do Estado, que assumiu para si o papel de poder concedente das frequências, mas abriu espaço para que os concessionários as usassem como fonte de capitalização privada.

Na segunda década de existência do rádio no Brasil, o país passa a viver sob a ditadura Vargas que, "apesar de sua tendência centralizadora, tinha que compor com as forças sociais existentes (neste caso o capital privado, que possuía interesses

concretos no setor de radiodifusão)" (2). Está aí a genêse das promíscuas relações Estado-televisão presentes até hoje na cena política brasileira e consolidadas durante os governos da ditadura militar.

"Em relação à utilização política dos meios de comunicação de massa, pode-se dizer que 1964 completa o processo iniciado em 1930. Se Vargas soube usar com eficiência o rádio e o cinema para subordinar as oligarquias regionais ao seu projeto, os generais de 64 vão montar uma sofisticada rede de telecomunicações capaz de servir como um dos principais sustentáculos para sua política autoritária e centralizadora" (3).

AS BENESSES OFICIAIS

A herança da ditadura militar foi trágica para o Brasil. Até hoje pagamos pelo estrago feito na vida política, social e cultural do país. Mas se formos procurar algum saldo positivo desse período podemos encontrá-lo na mencionada rede de telecomunicações. Foi ela que integrou o território nacional através de um sistema de microondas tornando possível a realização de transmissões ao vivo para qualquer parte do país. Cabe lembrar que os militares argentinos nem isso deixaram. Ainda sob o regime militar brasileiro a rede terrestre foi integrada ao sistema de transmissões por satélites e inaugurou-se a televisão em cores, fato amplamente explorado pelo governo.

Em decorrência dessa política, aprofundou-se no início da ditadura a articulação do governo com a empresa que ia se tornando a principal concessionária de serviços de rádio e televisão no país. De um lado, o general-presidente Arthur Costa e Silva considerava legal o acordo firmado entre a Globo e o grupo norte-americano Time-Life, apesar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito instalada no Congresso Nacional ter concluído que tal acordo feria o artigo 160 da Constituição Federal cujo teor impedia empresas estrangeiras de

² Renato Ortiz, A Moderna Tradição Brasileira, São Paulo, Brasiliense, 1988, p. 53.

³ Laurindo Leal Filho, Atrás das Câmeras – Relações entre Cultura, Estado e Televisão, São Paulo, Summus, 1988, p. 31.

participar na orientação intelectual e administrativa de uma sociedade concessionária de um canal de televisão. De outro lado, investia recursos públicos em larga escala para montar um sistema de telecomunicações a ser utilizado por empresas privadas. Tal política se consubstancia na implantação do chamado Sistema Nacional de Comunicações, um projeto prioritário do Estado visando a oferecer "serviços de telecomunicações de alta qualidade e elevada confiabilidade, abrangendo telefonia, telegrafia, telex, fac-símile, transmissão de dados, de programas de alta-fidelidade e de programas de televisão" (4). Esse sistema será operado, em grande parte, pela então estatal Embratel, a Empresa Brasileira de Telecomunicações, responsável pela instalação de 24 Centros de TV em cidades grandes e médias do país, com a tarefa de controlar, comutar e distribuir transmissões de televisão.

A essas benesses do Estado, cabe acrescentar mais duas práticas até hoje presentes e altamente desenvolvidas: as isenções fiscais e os patrocínios publicitários. É de 1968 o Decreto-Lei 486 que isentou de impostos de importação os equipamentos, peças e sobressalentes destinados à instalação e manutenção de emissoras de rádio e televisão quando importados diretamente pelas concessionárias. E é de hoje, mas tem origem lá nos anos 70, o vultoso volume de recursos aplicados pelo governo nas emissoras a título de propaganda. Estatais como Banco do Brasil, Petrobras, Correios, Caixa Econômica Federal e os próprios ministérios são anunciantes importantes da televisão brasileira. Essa prática não foi inaugurada na ditadura, mas cresceu durante sua vigência com as campanhas publicitárias de louvação ao regime. É por isso que muitos críticos do atual modelo institucional de televisão existente no Brasil dizem, não sem forte dose de ironia, que é preciso privatizar urgentemente a TV em nosso país.

Ao longo dessa história, houve um momento em que o poder da Globo a colocava cada vez mais próxima de uma situação monopolista, o que não convinha ao

regime. O poder de barganha da emissora tornava-se potencialmente perigoso para uma ditadura que, ao final da década de 70, mostrava sinais de enfraquecimento. Por isso a concessão da Rede Tupi, cassada pelo governo, foi repartida entre Sílvio Santos (SBT) e Adolfo Bloch (Manchete), considerados mais dóceis e submissos ao regime do que os concorrentes Jornal do Brasil e Editora Abril. Saía de cena um conglomerado administrado sob a forma de condomínio, absolutamente incompatível com a racionalidade capitalista, dando lugar a duas empresas frágeis economicamente, mas talvez por isso mesmo mais controláveis pelo governo. O SBT deslanchou muito mais graças aos empreendimentos paralelos desenvolvidos com o apoio da TV, como a realização em larga escala de diversas formas de concursos e jogos. Já a Manchete, de Bloch, repetiu em escala menor e mais rápida a trajetória da Tupi, de Chateaubriand: sucumbiu enredada em suas próprias deficiências administrativas, incapaz de enfrentar a Globo na disputa das reduzidas fatias do mercado publicitário brasileiro, insuficiente para um número tão grande de concessionários de emissoras de rádio e televisão.

AS CONTRAPARTIDAS

O quadro traçado até aqui procurou mostrar como o Estado contribuiu para o desenvolvimento das empresas privadas de rádio e televisão, especialmente no período da ditadura militar, oferecendo suporte tecnológico, fazendo vista grossa à entrada ilegal de capital estrangeiro, renunciando impostos, bancando anúncios publicitários e outorgando concessões a aliados políticos. Esses benefícios permitiram à Rede Globo, por exemplo, saltar de 3 emissoras em 1969 (Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte) para 11 em 1973 (5). Em troca, o que os governos militares conseguiam?

Basicamente a docilidade das empresas concessionárias diante de toda e qualquer política de todo e qualquer governo. Não

⁴ Metas e Bases para a Ação do Governo, Presidência da República, setembro de 1970, citado em: Sérgio Miceli, A Noite da Madrinha, São Paulo, Perspectiva, 1972, p. 182.

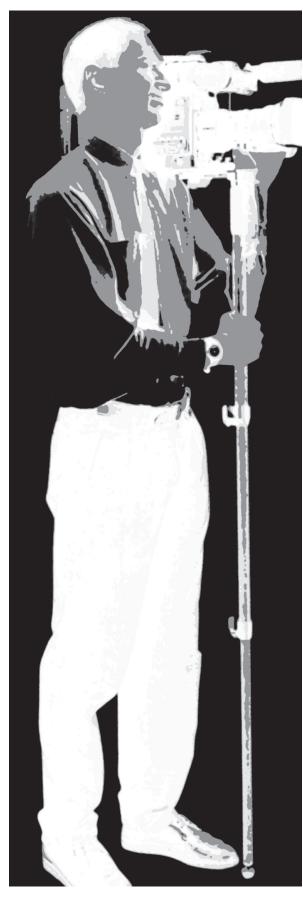
⁵ Elio Gaspari, A Ditadura Escancarada, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 217.

foi outra a intenção de Getúlio Vargas ao outorgar concessões de rádio a grupos empresariais que, em contrapartida, lhe dariam apoio político. Graças a eles foi possível centralizar o poder e subordinar as oligarquias regionais ao seu projeto. Os generais de 64 aumentaram a dose das ofertas e receberam em troca apoio às políticas de inserção do país no modelo de capitalismo associado, cujas bandeiras internas foram rotuladas com *slogans* massificados do tipo "Milagre brasileiro", "Brasil grande" ou da louvação de obras gigantescas como a Rodovia Transamazônica ou a Ponte Rio-Niterói.

No entanto só coerção ideológica não basta como forma de sustentação para um regime que tem na força sua base estrutural. É aí que entra a censura oficial, ao mesmo tempo uma violência contra a sociedade e um poderoso álibi para aqueles que dela buscam se beneficiar. Com raras exceções, a imprensa apoiou a destituição do presidente João Goulart, chegando alguns de seus dirigentes a conspirar diretamente com os militares golpistas. No entanto, as liberdades democráticas do período anterior (1946-64) haviam deixado marcas positivas na imprensa. As primeiras violências perpetradas pelos novos detentores do poder, a partir de 1º de abril de 1964, receberam críticas de jornais que dias antes apoiavam abertamente o golpe, caso clássico do Correio da Manhã do Rio de Janeiro.

Depois de encimar editoriais com títulos de "Basta" e "Fora" exigindo a saída de Goulart, passados alguns meses da instalação da ditadura começava a denunciar a prática de tortura contra presos políticos (6).

Como nos jornais, mas com muito mais comedimento, alguns programas de televisão se arvoravam a abrir espaço para críticas ao novo regime. A TV Excelsior, fundada em 1960, manteve no ar o *Jornal de Vanguarda*, rompendo com a linguagem tradicional e introduzindo no estúdio vários locutores e comentaristas especializados em acrescentar ao "anódino telejornalismo brasileiro um enfoque inédito na informação: o humor dos bonecos em



⁶ Idem, A Ditadura Envergonhada, São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p. 143.



movimento que Borjalo inventou à presença do velho (sic) cronista carioca Stanislaw Ponte Preta" (7). Não havia como resistir. Não só o jornal acabou sucumbindo ao Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968, como a própria emissora desapareceu em 1970, tragada pelas pressões do governo, com cuja política ela nunca havia se alinhado, desde muito antes do golpe. Controlada pela família Simonsen, de tradição nacionalista, a TV Excelsior estava fora da nova lógica de um capitalismo associado imposto pela ditadura e ao qual a Globo docilmente aderiu.

Em contraste com esse primeiro período, em que vozes dissonantes ainda apareciam na TV, o pós-AI-5 é monocórdio, a ponto de levar o general-presidente de turno Emilio Garrastazu Médici a fazer, em 22 de março de 1973, a célebre afirmação: "Sinto-me feliz, todas as noites, quando ligo a televisão para assistir ao jornal. Enquanto as notícias dão conta de greves, agitações, atentados e conflitos em várias partes do mundo, o Brasil marcha em paz, rumo ao desenvolvimento. É como se eu tomasse um tranqüilizante, após um dia de trabalho" (8).

Para dar esse tipo de conforto diário ao general a Globo valia-se de dois expedientes. O primeiro era de acatar com todo cuidado as ordens emanadas da censura, e o segundo era complementar os cortes e vazios do noticiário com uma censura própria. O agentes federais transmitiam proibições praticamente diárias que, em algumas redações, eram afixadas no quadro de avisos. Por exemplo, "é proibido divulgar notícias contra autoridades do Paraguai e as autoridades em Ponta Porã - agente Dario" ou "proibido, até qualquer decisão em contrário, qualquer notícia ou nota sobre a chegada ao Brasil do professor Darcy Ribeiro - agente Hugo". A Globo por sua vez acrescentava suas próprias restrições ao praticamente ignorar a ampla vitória do MDB nas eleições para o Senado em 1974, com o noticiário começando sempre "com uma inexpressiva vitória da Arena numa pequena cidade do interior" ou não informando que, ao morrer, o ex-presidente Jus-

⁷ Elizabeth Carvalho, "A Década do Jornal da Tranquilidade", in Anos 70 Televisão, Rio de Janeiro, Editora Europa, 1979-1980, p. 32.

⁸ Idem, ibidem, p. 31.

celino Kubitschek estava com seus direitos políticos cassados (9). No final do regime, o comício pelas Diretas na Praça da Sé, em São Paulo, foi anunciado como uma festa em comemoração ao aniversário da cidade, e a eleição de Leonel Brizola para o governo do Rio de Janeiro, em 1982, quase foi fraudada pelo conluio estabelecido entre a emissora e a empresa encarregada da totalização eletrônica dos votos. A herança da ditadura chegou até os anos 90 tendo como exemplos a edição fraudulenta do debate final entre os candidatos Collor e Lula, nas eleições presidenciais de 1989, ou a divulgação de pesquisas desatualizadas para confundir os eleitores às vésperas do primeiro turno das eleições para o governo de São Paulo, em 1998. Dados preliminares de pesquisa realizada sobre a cobertura das eleições presidenciais de 2002, realizada pelo Jornal Nacional da Rede Globo, começam a indicar que a versão sobre o propalado equilíbrio do noticiário, ao longo da campanha, não se sustenta.

Se nos primeiros anos da ditadura algumas emissoras ainda se permitiam movimentos críticos em seus noticiários, com o fim da censura oficial as empresas praticamente mantiveram intactas suas próprias restrições e estão na origem dos exemplos mais recentes acima citados. Basta lembrar que em 1979 o Globo Repórter teve um documentário sobre a greve dos metalúrgicos do ABC vetado pelo próprio presidente da empresa, Roberto Marinho. Assim como o Jornal Nacional cobria com nítida parcialidade esse movimento a ponto de os personagens das manifestações dos metalúrgicos se insurgirem contra os repórteres da Globo. Afinal eles participavam de um acontecimento durante o dia e, à noite, viam na tela algo completamente diferente. Foi nessa época que se cunhou o refrão "o povo não é bobo, fora Rede Globo". Um repórter da emissora deu seu testemunho na ocasião: "Foi duro. Depois que as primeiras matérias sobre a greve foram para o ar pelo Jornal Nacional, fortalecendo a posição patronal, a gente quase não consegue mais prosseguir na cobertura. Tínhamos que esconder o logotipo da Globo. Se não, o pessoal baixava o cacete" (10). Sintomático é que, passados mais de vinte anos desse fato, o temor dos repórteres diante da população permanece. Em 2001, numa pacífica manifestação de estudantes contra a Alca (Área de Livre Comércio das Américas), na Avenida Paulista, em São Paulo, os únicos jornalistas e operadores de câmera que escondiam seus crachás eram os da Globo.

A passividade da emissora diante da ditadura não foi acompanhada por todas as demais. Durante os anos 70, algumas televisões tentavam furar o cerco imposto pela censura. Foi o que ocorreu com a TV Cultura de São Paulo, cujo noticiário buscava explicações mais abrangentes sobre problemas do cotidiano. Na sua redação estava a lista de proibições da censura federal, mas não havia, como na Globo, um complemento próprio. Isso durou enquanto o telespectador não havia descoberto o jornalismo da Cultura. Quando a audiência aumentou, as pressões do Estado se fizeram sentir. Em 1976 a direção do jornalismo foi substituída e o novo diretor, Walter Sampaio, chegou dizendo que a censura da Polícia Federal estava abolida e que a "censura era ele mesmo" (11). A partir daquele momento até a palavra "pobre" estava vetada do noticiário porque, como todos sabiam, não havia pobre no Brasil. No inverno, cenas de pessoas passando frio nas ruas de São Paulo não iam nem para o arquivo, o destino era mesmo a lata de lixo.

Numa antecipação do processo de abertura política ensaiado pela ditadura, o governo do Estado, particularmente a Secretaria de Cultura, caiu nas mãos de políticos mais próximos do liberalismo e, com isso, por alguns meses a TV Cultura voltou a ser conduzida por jornalistas não comprometidos com a ditadura. Um projeto que durou pouco e culminou com a prisão, tortura e morte do jornalista Vladimir Herzog, diretor de jornalismo da emissora, numa unidade do Exército em São Paulo. A campanha contra ele foi orquestrada dentro e fora da emissora. Na Assembléia Legislativa, em alguns jornais e na própria redação onde ele trabalhava tramou-se a queda de Herzog (12).

⁹ Idem, ibidem, p. 34.
10 Idem, ibidem, p. 37.
11 Laurindo Leal Filho, op. cit., p. 67.
12 Idem, ibidem, pp. 67-8.

Esse talvez seja o episódio mais emblemático do que foram as relações da ditadura militar com a televisão, em razão do seu trágico desfecho. No entanto, ao longo dos 21 anos de poder nas mãos dos generais, esmagaram-se projetos de um jornalismo de TV independente, capaz de contribuir para a elevação da qualidade da cidadania. A sociedade brasileira foi anestesiada por um padrão anódino de noticiário, passando



ao largo das grandes questões nacionais e longe das opiniões críticas. Se pelo aspecto tecnológico criou-se uma televisão de ponta, capaz de se rivalizar com as melhores do mundo, com respeito ao conteúdo desceuse aos níveis mais baixos, particularmente no jornalismo, confundido muitas vezes com publicidade ou relações públicas a serviço de interesses políticos e econômicos subalternos.

A herança da ditadura no noticiário está viva até hoje. A informação cedeu lugar ao espetáculo. E os grandes temas nacionais, muitas vezes vistos de forma conflituosa por diferentes atores sociais, estão excluídos da tela. Não há até hoje na televisão brasileira debates nacionais, sobre temas de interesse nacional, com a participação de representantes de correntes com posições divergentes em relação ao mesmo assunto. Trata-se de prática comum em países democráticos, o que contribui diretamente para que a população possa, ela própria, tirar suas conclusões, formar opinião e se manifestar publicamente sobre o assunto. É dessa forma que o jornalismo de televisão se afasta da propaganda e se aproxima do serviço público, algo infelizmente ainda distante no Brasil.

A submissão vai além do noticiário, contaminando toda a programação. Durante a ditadura o SBT apresentava um quadro dentro do seu principal programa de entretenimento denominado "A semana do Presidente", louvando os atos do ditador do momento. Essa prática foi se perpetuando e hoje governantes ou candidatos a governantes disputam aparições em programas de auditório de grande audiência. Outra vez a moeda de troca é a leniência dos governos em regular o funcionamento das concessões de televisão e os aportes de recursos via propaganda estatal. Mas como nem isso está sendo suficiente para manter de pé as emissoras, trava-se agora a busca por recursos subsidiados de bancos públicos. Com isso o modelo institucional da televisão brasileira, livre do jugo da ditadura, mantém-se intocado com respeito às relações promíscuas aprofundadas há quarenta anos e presentes até hoje.